

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.205 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2000

## Senado decide proibir propaganda de cigarro em meios de comunicação

Projeto aprovado ontem pelo Plenário veda a publicidade de produtos derivados do tabaco em jornais, revistas, rádio, televisão e *outdoors*. Como o texto originário da Câmara foi alterado, a matéria voltará a ser examinada pelos deputados



Uma das emendas aprovadas proíbe a publicidade mas não o comércio de cigarros pela Internet

O Plenário do Senado aprovou ontem, com três emendas, o substitutivo do senador José Roberto Arruda ao projeto que estabelece restrições à propaganda de cigarro e demais produtos derivados do tabaco. Pelo texto aprovado, a publicidade fica circunscrita a malas diretas e à exibição de cartazes na parte interna dos locais de venda.

PÁGINA 3

## Acontece hoje

CCJ

**Na pauta, três projetos da reforma política**

PÁGINA 8

CAE

**Projeto da nova Lei de Informática vai a votação**

PÁGINA 7

CAS

**Comissão aprecia Fundo Nacional de Alimentação**

PÁGINA 9

**Homenagem a Rachel de Queiroz**

PÁGINA 8

**Identificação criminal será regulamentada**

PÁGINA 8

## ACM: ORÇAMENTO SÓ SERÁ VOTADO SE HOUVER AUMENTO DO MÍNIMO

Antonio Carlos Magalhães afirmou ao presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, que o Congresso só votará o projeto de Orçamento para 2001 se a proposta previr recursos para aumento do salário mínimo.

PÁGINA 2



Antonio Carlos Magalhães recebeu representantes da Força Sindical, que reivindicam aumento do salário mínimo

## CCJ aprova indicação da primeira mulher para o STF

PÁGINA 5

A juíza Ellen Gracie Northfleet terá o nome submetido hoje ao Plenário



**Kfoury critica contrato da CBF com Nike**

PÁGINA 4

**Congresso já tem órgão de controle da Abin**

As comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e Câmara instalaram a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. O objetivo é fiscalizar a Abin.

PÁGINA 7

## Procuradora da Justiça Militar visita o Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita de cortesia da procuradora-geral da Justiça Militar, Adriana Lorandi Ferreira Carneiro. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo de procuradora-geral, em que tomou posse no dia 31 de março passado. Durante o encontro, a chefe do Ministério Público Militar, acompanhada por procuradores e promotores, conversou sobre a ampliação da competência da Justiça Militar, questão em debate na PEC da reforma do Judiciário.



## ACM: sem aumento do mínimo Orçamento não é votado

O Congresso só votará o projeto de Orçamento da União para 2001 caso a proposta preveja recursos para elevar o salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 180, disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. A afirmação foi feita durante audiência com o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e o deputado Luiz Antonio de Medeiros (PFL-SP), que também pertence à entidade trabalhista.

— Não votamos o Orçamento se não houver recursos para o aumento do salário mínimo. Essa tem que ser a nossa posição. Esse é um compromisso que estou lançando publicamente — afirmou Antonio Carlos aos dirigentes da Força Sindical.

Paulo Pereira da Silva e Luiz Antonio de Medeiros participaram da marcha de trabalhadores que chegaram ontem a Brasília para negociar, além do aumento do salário mínimo, o pagamento, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), das perdas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante os planos Verão e Collor I. Eles pediram a Antonio Carlos que marque audiência de



Antonio Carlos cumprimenta trabalhadora que participa de marcha pró-aumento do salário mínimo

uma comissão de trabalhadores com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente da Força Sindical também apresentou a Antonio Carlos a proposta da entidade para o pagamento das perdas sofridas pelo FGTS. Na sua avaliação, é pequena a dívida da União com a grande maioria dos 50 milhões de trabalhadores que têm direito à correção. Paulo Pereira da Silva também considera que o governo tem de pagar o que deve como qualquer trabalhador faria, ou seja, vendendo bens de sua propriedade para quitar a dívida. Entre os bens da União que poderiam ser

alienados, o sindicalista citou ações de estatais e terras públicas.

— O Congresso tem que encontrar e o governo tem que disponibilizar os recursos para pagar os R\$ 180. Essa posição do presidente do Congresso tem total respaldo nosso. O governo vai ter que dar o aumento do salário mínimo desta vez. Agora não tem para onde escapar. Com a pressão da opinião pública, o Congresso não vai ser mais enrolado. Se o governo pagar para ver, ele vai ser derrotado — afirmou Medeiros à saída do encontro, que também teve a participação dos deputados federais Paulo Octávio (PFL-DF) e João Herrmann Neto (PPS-SP).

## Abin deve prestar contas, diz Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o Congresso Nacional terá todas as condições para controlar e fiscalizar as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo o senador, a agência de informações deverá prestar contas constantemente sobre

suas atividades para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, criada ontem para controlar as ações do órgão e averiguar a veracidade das informações fornecidas.

— O Congresso Nacional é mais forte que a Abin — frisou Antonio Carlos Magalhães.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães

Brasil 500



11h — Participa do ato de lançamento da candidatura do deputado Inocêncio Oliveira à presidência da Câmara dos Deputados. *Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*  
14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso de seu nonagésimo aniversário de nascimento.

Pauta: PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 39/2000, que regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição federal; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PDL nº 253/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi-Guaçu (SP).

### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nºs 5 e 68, de 2000 (tramitação conjunta), acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário; emendas apresentadas no turno suplementar ao substitutivo ao PLS nº 530/99 (votação nominal), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLS nº 600/99, acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto; e emendas de Plenário ao PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Pauta Extra: PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição do ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para debater o Programa Especial de Treinamento (PET), com a presença do deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; dos professores Antônio Macdonell Figueiredo, secretário nacional da Educação; Dante Augusto Couto Barone, presidente da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento, e Vilma Figueiredo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e dos acadêmicos Wadson Ribeiro, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), e Gabriel Perfeito Castro, membro da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h30 — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC 49/99, altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Requerimento nº 552/2000, do senador Pedro Simon, requerendo um voto de louvor pela indicação da primeira mulher para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal; PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; e PLS nº 130/99, que proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, municípios e suas respectivas autarquias e fundações; Ofício "S" nº 50/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 26 de julho de 2000, que resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de um total de US\$ 1 bilhão no mercado internacional; Ofício "S" nº 53/2000, que encaminha ao Senado o relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 17 de agosto de 2000, que resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de USD 5,1 bilhões no mercado internacional; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility (Geef); PRS nº 75/2000, que altera a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e PRS nº 78/2000, que altera a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública acerca da dívida ativa, com a presença dos presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), Fernando da Costa Tovinho (1ª Região); Alberto Nogueira (2ª Região); José Kallás (3ª Região); Fábio Bittencourt da Rosa (4ª Região); e José Maria Lucena (5ª Região). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

### ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Mar em Fúria*, de Wolfgang Petersen. *Auditério Petrônio Portella*

**JORNAL DO SENADO** www.senado.gov.br - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Restrição à publicidade de cigarros é aprovada pelo Senado e volta à Câmara

Substitutivo de José Roberto Arruda recebeu três emendas. Redação final limita anúncios de fumo a malas diretas e exibição de cartazes na parte interna de locais de venda

Com três emendas, o Senado aprovou ontem substitutivo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao projeto do governo que restringe a publicidade de cigarros e outros produtos derivados do tabaco. O texto, que volta à deliberação da Câmara, estabelece que a publicidade desses produtos ficará proibida em revistas, jornais, televisão, rádio e *outdoors*, mas as indústrias terão permissão para enviar propaganda por mala direta e exibir cartazes, painéis e pôsteres na parte interna de locais de venda.

Na votação, foram aprovados três itens destacados para deliberação em separado. O primeiro, da senadora Heloísa Helena (PT-AL), restaurando o artigo 3º votado pela Câmara, o qual determina que a propaganda comercial de cigarro só poderá ser efetuada “na parte interna dos locais de venda”. Pelo substitutivo de Arruda, essa propaganda só poderia ser “efetuada internamente”. Heloísa Helena argumentou que, mantida essa expressão, até no Senado poderiam ser afixados cartazes com propaganda de cigarro.

Outra mudança aprovada foi de iniciativa do senador Moreira Mendes (PFL-RO), no artigo que esta-



Plenário debateu o substitutivo, acolheu três emendas, mas manteve as restrições propostas por Arruda à propaganda de derivados do tabaco

belece um período de transição de dois anos para que sejam cumpridos os contratos de patrocínio firmados entre promotores de eventos esportivos, como automobilismo, e os fabricantes de cigarros. O senador conseguiu aprovar emenda eliminando do projeto o artigo que obrigava as empresas patrocinadoras de eventos esportivos a aplicar 20% de seus gastos nessa área em comerciais educativos sobre os malefícios do fumo.

Em outro destaque, Moreira Mendes propôs e foi aprovada a proibição da publicidade de fumígenos via Internet, mas não o seu

comércio, como previa o texto. O senador argumentou que isso não tinha amparo constitucional, porque a Internet não está circunscrita à legislação brasileira. Ele observou que, se o país proibisse a venda de cigarros pela Internet, os estrangeiros poderiam vender o produto no Brasil. “É uma venda eletrônica, que acessa qualquer lugar do mundo”, disse.

Na ocasião, o senador José Roberto Arruda reconheceu que até os supermercados comprem cigarros via Internet, concordando com a emenda de Moreira Mendes. O texto integral aprovado pelo Ple-

nário, além de permitir a propaganda de cigarro pelo correio, admite a informação jornalística e científica que aborde o cigarro e seus derivados. Mas proíbe o *merchandising* – a propaganda subliminar que utiliza ações de personagens em atuações não diretamente relacionadas com o uso do cigarro, mas com o sucesso ou bem-estar associado a seu consumo.

No debate da matéria, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a bancada de oposição votaria a favor, mas registrou seu protesto contra a “forma desrespeitosa” com que foram tratados projetos de outros parlamentares, que também disciplinavam a publicidade de bebidas alcoólicas. Ela argumentou que, se o fumo traz prejuízos à saúde individual, são infinitamente maiores os prejuízos decorrentes das doenças provocadas pelo álcool. A senadora apontou a desestruturação das relações familiares, os acidentes de trânsito e a criminalidade resultantes do álcool como causadores de um impacto bem maior do que o cigarro, e disse esperar que o governo e o Congresso tenham a coragem de enfrentar o poderoso *lobby* das bebidas alcoólicas.

## Aceitas duas indicações de embaixadores

O Senado aprovou ontem a indicação de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas. Foi aprovada, também, a indicação de Oto Agripino Maia para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Vaticano. O diplomata exerce, desde 1996, o cargo de embaixador na África do Sul. As decisões serão comunicadas ao presidente da República.

### RADIODIFUSÃO

O Plenário do Senado aprovou ainda projeto de decreto legislativo outorgando permissão à Fundação Sara Nossa Terra para execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária (PR).

## Diretor-geral da Aneel será reconduzido

A recondução do engenheiro José Mário Miranda Abdo para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por mais quatro anos, foi aprovada ontem pelo Senado. Ele está no exercício do cargo desde 2 de dezembro de 1997. A matéria recebeu 57 votos favoráveis e 7 contrários. Quatro senadores se abstiveram de votar.

Ao encaminhar a votação, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a competência do diretor e sua formação adequada ao cargo. Abdo graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília, em 1973, e em 1980 concluiu a pós-graduação em Engenharia de Sistemas Elétricos, também pela Universidade de Brasília.

Suassuna afirmou que a atuação de Abdo durante sua gestão à frente da Aneel se caracterizou pela progressiva regulamentação das atividades do serviço de energia elétrica, impondo limitações à concentração do poder de mercado e explicitando regras de comercialização. O senador elogiou, ainda, a importância da atuação da Aneel na mediação de divergências entre agentes e entre estes e os consumidores, afirmando ter havido um fortalecimento da agência no que diz respeito à fiscalização de empresas do setor.

A aprovação será comunicada ao presidente da República.

## Plenário fixa prazo para ações de seguradoras

Com uma emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA), o Plenário aprovou ontem projeto aumentando de seis meses para cinco anos a prescrição para a ação impetrada pelas companhias seguradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros. Oriundo do Executivo e já votado na Câmara, o projeto fixava para essa prescrição o prazo de seis meses. O texto volta agora à deliberação dos deputados.

Lobão argumentou que, num país continental, seria impraticável para a seguradora exercer em seis meses o direito de regresso em casos múltiplos e simultâneos de ações de responsabilidade civil, que dependem normalmente de demorada coleta



Edison Lobão teve emenda aprovada pelo Plenário

de provas de culpa para que possam ser responsabilizados os autores dos danos.

Pelo Código Civil, o prazo é de cinco anos, o que, acredita o governo, acaba prejudicando o segurado, argumentando que Lobão considerou equivocadamente. “Quem está pro-

pondo a ação não é o causador do dano, mas sua vítima. Nenhuma razão existe para adotar-se o equivocado prazo prescricional de seis meses na ação da seguradora contra o autor do dano”, afirmou.

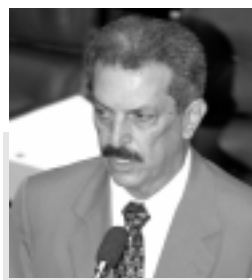
Ele disse que manter o prazo dilatado em benefício das seguradoras é uma forma de proteger o consumidor que, caso contrário, teria de arcar com maiores custos para obter a condição de segurado.

## Acolhidos projetos que reforçam combate ao crime

O Plenário aprovou ontem projeto de lei de iniciativa do Executivo que trata da utilização de meios operacionais para melhorar a prevenção e repressão ao crime. O projeto prevê a infiltração de agente policial em quadrilhas ou bandos para contribuir na

apuração de delitos. Os agentes infiltrados ficarão isentos de culpa, exceto por excessos, no caso de cometerem ilícitos. O projeto também torna possível a captação e a interceptação, pela polícia, de sinais eletromagnéticos, óticos e acústicos, como os de aparelhos celulares. Como já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, a matéria segue para a sanção do presidente da República.

— O projeto traz disposições que modernizam e aperfeiçoam a caça



Romeu Tuma diz que projeto dota Estado de “instrumentos eficazes”

aos bandidos, dotando o Estado de instrumentos eficazes para fazer frente ao dramático e rápido aperfeiçoamento das práticas criminosas — disse o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Segundo o ministro José Gregori, a escuta ambiental, que deve ser precedida de autorização judicial, é um importante meio de tecnologia moderna capaz de identificar, entre outros delitos, o contrabando, o descaminho, o roubo de caminhões e cargas, o tráfico de drogas, a retirada ilegal de madeira.

O Plenário aprovou ainda projeto de lei criando dois mil cargos na Polícia Federal, sendo 160 de perito criminal, 400 de delegado, 600 de escrivão e 840 de agente, a serem providos por concurso público.

## Juca Kfourri critica pagamento a intermediário no contrato CBF-Nike

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que está investigando o futebol, o jornalista esportivo Juca Kfourri criticou a forma como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) negociou o contrato de patrocínio da Seleção Brasileira com a Nike. Ele considerou absurda a comissão de 10% paga pela entidade à empresa Traffic. “Se pagasse 1%, pagaria bem; 2%, melhor ainda; 5% chegaria a ser um escárnio; 10%, que é o de tabela, eu não quero nem comentar.”

Na opinião do jornalista, a CBF sequer necessitaria de intermediário para fechar um contrato de patrocínio para a Seleção Brasileira. Juca Kfourri disse que bastaria marcar data e promover uma



Kfourri: não é preciso intermediário para vender a imagem do time mais famoso do mundo

licitação pública, que muitas empresas apareceriam para a disputa. “O que estaria à venda não seria a camisa de uma equipe do interior, mas a imagem do time mais famoso, disputado e querido do mundo”, afirmou.

Segundo o jornalista, a empresa, de propriedade de J. Ávila, amigo de Teixeira, tem uma relação “promíscua” e “antiética” com a CBF.

— Apenas uma semana após ganhar, por US\$ 4 milhões, o direito de negociar a imagem da Seleção durante a Copa, a Traffic vendeu, pelo dobro do preço, à Coca-Cola. Isso prova que não é preciso intermediários — disse.

A suposta doação do passe do jogador Marcelinho Carioca pela Federação Paulista de Futebol ao Corinthians foi colocada sob suspeita. Kfourri revelou ter informações de que a patrocinadora do time, a *Hicks, Muse, Tate & Fust* estaria pagando pela contratação do jogador, embora tenha sido divulgada uma doação.

## Dirigentes esportivos dão mau exemplo, diz jornalista

O jornalista Juca Kfourri afirmou que os dirigentes esportivos dão “mau exemplo” ao povo, e mencionou o chamado “vão da muamba”, em 1994, em que o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, exigiu que a alfândega liberasse de imediato a bagagem de jogadores e dirigentes.

Para Juca Kfourri, o futebol brasileiro acostudou-se a ser uma “terra de ninguém”, em que a autonomia das entidades e dos clubes é confundida com a ausência de fiscalização ou de controle social. Ele observou que, se tivesse a responsabilidade de realizar uma CPI, iniciaria as investigações pelos dirigentes de clubes e entidades. “Compararia o que eles tinham antes de en-

trar no mundo do futebol com o que têm hoje”, explicou.

Em resposta ao senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI, Kfourri revelou que tem indícios de que a “embaixada” do futebol, denunciada por Renata Alves, ex-secretária do técnico Wanderley Luxemburgo, continua funcionando em outros endereços. Disse também que a figura do intermediário, que negocia os jogadores entre os clubes, é desnecessária e serve apenas para remunerar dirigentes e empresários do futebol.

Indagado pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), o jornalista negou que em algum momento tivesse interesses pessoais contrariados

pelo presidente da CBF, ou que a entidade desportiva tenha sido anunciante da revista *Placar*, da qual foi editor. Kfourri disse que passou a ser processado por Teixeira por causa de suas matérias criticando a administração do dirigente.

Ele criticou ainda a Justiça Desportiva e concordou com o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), para quem os desmandos no futebol têm prejudicado a atuação dos jogadores. Kfourri entregou documentos à CPI contendo denúncias sobre irregularidades no futebol. Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Romeu Tuma (PFL-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB) preferiram fazer indagações na sessão secreta.

## CPI pede investigação sobre empresas de jogadores

A CPI do Futebol aprovou requerimento no sentido de que seja solicitada às juntas comerciais do Rio de Janeiro e de São Paulo e à Receita Federal uma investigação sobre a possível existência de empresas que foram ou são de propriedade de vários jogadores, entre eles Romário e Hélton (Vasco), Edmundo, Rincón e Caio (Santos), Edilson e Petkovic (Flamengo) e Marcelinho e Ricardinho (Corinthians).

Autor do requerimento, o relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), explicou que a lista foi elaborada a partir da comparação dos valores dos salários dos jogadores divulgados pela mídia e os constantes nos contratos em poder da CPI. Outra providência tomada pela comissão foi quebrar o sigilo de todos os telefones instalados no endereço apontado pela estudante de Direito Renata Alves como sede da



CPI do Futebol quer esclarecer as diferenças entre os salários de jogadores divulgados pela imprensa e os que constam dos contratos

“embaixada”, local onde seriam realizadas negociações de atletas.

Outro requerimento aprovado determina que o jogador Macula e os jornalistas Wilson de Carvalho e Cláudio Neves sejam ouvidos pela Polícia Federal, na presença de assessores designados pela comissão

parlamentar de inquérito. Eles falarão sobre reportagem publicada no último domingo no *Jornal dos Sports*, em que o jogador acusou o treinador Wanderley Luxemburgo de ter recebido dinheiro na sua transferência do Juventude para o Palmeiras.



Comissão Mista de Orçamento discute reestimativa de receitas para bancar o aumento do salário mínimo

## Comitê define origem dos recursos para aumentar o mínimo

Toda receita de impostos para 2001 poderá ser reestimada, prevê relator do Orçamento

O comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 15h, com o objetivo de decidir de onde poderão sair cerca de R\$ 4 bilhões de receitas permanentes a fim de garantir o aumento do salário mínimo para até R\$ 180 no próximo ano. O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), e o presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), afirmaram que o comitê poderá reestimar toda a receita de impostos, gerando recursos para o INSS pagar o mínimo a mais de 12 milhões de aposentados.

A decisão de reunir o comitê de receitas foi tomada ontem, depois de um dia de impasses na Comissão de Orçamento. Pela manhã, o relator-geral comunicou aos dez sub-reletores setoriais que, da verba de R\$ 1,6 bilhão destinada às emendas do Congresso pelo Executivo, só iria liberar R\$ 731 milhões. Os outros R\$ 869 milhões ficarão condicionados à aprovação de dois projetos que buscam aumentar a arrecadação — permissão à Receita Federal para investigar movimentações financeiras de pessoas ou empresas suspeitas de sonegação e combate à elisão fiscal (uso abusivo de bre-

chas da legislação para pagar menos impostos).

Amir Lando argumentou que não poderia trabalhar o Orçamento sem a garantia de dinheiro para o salário mínimo, e decidiu, com os sub-reletores, que a tramitação seria paralisada até a votação dos dois projetos. À tarde, o presidente da comissão, deputado Alberto Goldman, reuniu-se com os representantes de partidos e com o relator-geral e foi encontrado o caminho para evitar que os trabalhos orçamentários fiquem parados — a reunião do comitê de receitas. Ficou ainda acertado que a reestimativa de receitas do comitê será submetida ao plenário de deputados e senadores da comissão amanhã.

Depois das reuniões, Amir Lando afirmou à imprensa que o uso dos R\$ 869 milhões restantes, destinados basicamente a emendas coletivas, ficará condicionado à aprovação dos projetos contra a sonegação fiscal. Disse ainda que “outras verbas” do Orçamento, “até mesmo para investimentos”, também ficarão condicionadas à votação dos projetos que se encontram na Câmara.

## Aprovados créditos suplementares para Presidência e ministérios

A Comissão Mista de Orçamento aprovou na noite de ontem créditos suplementares de R\$ 8,92 milhões para órgãos ligados à Presidência da República e aos ministérios de Minas e Energia, das Comunicações e do Meio Ambiente. Os recursos se destinam a vários programas, que vão da manutenção de imóveis à prevenção de queimadas na Amazônia e ao pagamento de auxílio-transporte a funcionários.

A reunião foi obstruída pelos deputados da oposição, sob o argumento de que a comissão deve, antes de qualquer novo crédito, ter uma definição de recursos para o aumento do salário mínimo para R\$ 180. Dos oito itens da pauta, só foram votados dois. Nova reunião será realizada hoje, às 15h, quando estarão em debate projetos que abrem novos créditos ao Ministério da Educação, no valor de R\$ 636 milhões.



# Plenário vota indicação de Ellen Gracie para o STF

Na CCJ, o nome da juíza, a primeira mulher apontada para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal, recebeu aprovação unânime dos senadores. Relator destacou sua “reputação ilibada” e seu “notável saber jurídico”

O Plenário do Senado Federal irá apreciar hoje a indicação da juíza Ellen Gracie Northfleet para ocupar o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal. A sessão será pública, mas a votação do parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovado por unanimidade na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será secreta.

A reunião da CCJ destinada a examinar o relatório de Fogaça e a arguir a indicada durou quase quatro horas, ao longo das quais a juíza respondeu perguntas de vários senadores.

A votação do relatório também foi realizada secretamente, como determina o Regimento Interno do Senado.

Em seu parecer, José Fogaça afirmou que Ellen Gracie atende a todos os requisitos constitucionais para exercer a função, destacando o “notável saber jurídico” e a “reputação ilibada” da juíza. Resaltou também a trajetória profissional da juíza, que tem se dedicado nos últimos 30 anos ao exercício do Direito, como procuradora do Ministério Público e presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

— Já não era sem tempo — dis-



Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram o convite a Ives Gandra para debater a reforma do Judiciário

se José Fogaça, referindo-se ao fato de uma mulher haver sido indicada pela primeira vez para exercer a função de ministra do

Supremo.

O cargo é vitalício e decorre de nomeação do presidente da República, tendo que passar

antes pelo crivo do Senado.

Para ser aprovado pelo Plenário, o nome de Ellen Gracie precisa ser referendado por, no mínimo, 41 senadores (maioria absoluta). Ela ocupará, caso a indicação seja aprovada, a vaga resultante da aposentadoria do ministro Octávio Gallotti.

Na mesma reunião, os senadores da CCJ aprovaram requerimento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) convidando o jurista Ives Gandra para participar de audiência pública destinada a debater a reforma do Judiciário, em fevereiro do ano que vem.

## Na sabatina, a promessa de um “olhar feminino” sobre as questões humanas

A primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal, a juíza Ellen Gracie Northfleet, afirmou que sua visão sobre o Poder Judiciário não é muito diferente da dos demais magistrados do país. Por essa razão, observou ela, sua indicação, apesar de revestir-se do caráter da novidade, não representará grande modificação naquela corte.

— A única diferença talvez consista no olhar feminino sobre questões sociais e humanas — afirmou Ellen Gracie.

A juíza mostrou-se, em resposta ao senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), favorável a mecanismos que facilitem o acesso das mulheres a funções importantes na vida política e social. Para ela, o regime de quotas — que reserva percentual definido para pessoas de determinado sexo ou etnia como o adotado pela lei eleitoral, por exemplo, — pode ajudar as mulheres a vencer algumas dificuldades iniciais, decorrentes de preconceito.

Segundo Ellen Gracie, o mais importante, no entanto, é que a escolha de seu nome esteja acontecendo no momento em que se analisa uma reforma para o Poder Judiciário. Sobre isso, ela manifestou sua posição favorável a algumas propostas, como a adoção do efeito vinculante.

Com esse instrumento, haveria obrigatoriedade de o juiz acatar certas decisões, consagradas pela jurisprudência, o que contribuiria para desafogar o Supremo.



Ellen Gracie defendeu a adoção de medidas provisórias. “O Executivo, muitas vezes, não pode esperar”, argumentou

— Considero o grande número de processos que chegam ao Supremo, que é a instância máxima da Justiça, uma deformação do sistema. Outra boa providência seria a revisão da questão da relevância, ou seja, ver o que realmente necessita ser analisado pela corte que cuida dos aspectos da constitucionalidade.

Sobre outros assuntos, ela assim se manifestou:

**Mercosul** — Estudiosa do assunto, previu que, em um prazo de cinco a dez anos, os tribunais do Mercosul já estarão completamente formalizados, pois essa é uma necessidade consensual entre os chefes dos poderes judiciários dos países signatários do bloco.

**Lei da Mordaza** — Respondendo ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), a juíza disse que considera excessiva a exposição de alguns membros do Judiciário quando tratam de assuntos não relacionados diretamente com a prestação dos serviços jurisdicionais. Advertiu, no entanto, para a ne-

cessidade de o Judiciário ser o mais transparente possível. “O juiz precisa ser isento, pois nós não somos eleitos. A nossa legitimidade reside na isenção com que julgamos as causas”, opinou.

**Legislação brasileira** — “É avançada, principalmente sobre os aspectos dos direitos sociais, das minorias, mulheres e crianças. O que precisa ser modificado é a cultura.”

**Medida provisória** — O uso deste mecanismo, ponderou, é comum mesmo nos países em que o poder do parlamento é quase total. Em sua opinião, a medida provisória é legal, já que “o Executivo, muitas vezes, não pode esperar pelos trâmites do Poder Legislativo”.

**Impunidade** — “O povo tem fome de justiça”, declarou a juíza ao observar que, freqüentemente, o juiz recebe um processo já bastante atrasado. Ela acredita que existam medidas capazes de inibir a burocracia e a demora da tramitação dos processos.

## Elogios são a tônica do debate com senadores

Os elogios à indicação de Ellen Gracie Northfleet foram a tônica da reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN). A escolha do nome dela foi considerada, de maneira unânime, uma decisão acertada do presidente da República, por sua capacidade e competência jurídica.

Respondendo ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre o curso que fez nos Estados Unidos, custeado pela Fundação Fullbright, do governo norte-americano, entre 1991 e 1992, Ellen Gracie explicou que aproveitou a bolsa de estudos que recebeu para conhecer o sistema judiciário da-

quele país, o funcionamento dos vários tribunais e aprender Administração Judiciária.

Ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que abordou algumas colocações feitas pela imprensa sobre possíveis posições governistas adotadas pela juíza em seus pareceres, Ellen Gracie disse que suas posições podem ser amplamente conhecidas, pois as audiências da Justiça brasileira são públicas. Dutra admitiu que a assessoria de seu partido reconheceu a correção técnica nos processos analisados pela juíza.

— Existem casos na história que mostram que muitos ministros, mes-

mo indicados por apadrinhamento, não tiveram posições governistas, agindo de acordo com o Direito mais apurado — observou ele.

Iris Rezende (PMDB-GO) manifestou a certeza de que o ingresso da juíza na corte judicial máxima do país representará um marco e trará mudanças positivas para o STF. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) congratulou a juíza Ellen Gracie e alertou-a para a responsabilidade dobrada que as mulheres têm quando assumem cargos de relevância.

Também fizeram perguntas os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Agnelo Alves (PMDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Agripino (PFL-RN).

Ellen Gracie tem 52 anos, é separada judicialmente e nasceu no Rio. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, naquele estado, exerceu praticamente toda a carreira profissional. Foi aprovada em concurso para o cargo de procuradora da República em 1972 e nomeada para juíza do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em 1989. Atuou também no Tribunal Regional Eleitoral do RS. Fez curso de especialização nos EUA e é professora universitária.



José Agripino, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

# Para o governo, termelétricas são indispensáveis

Programa Prioritário de Termelétricidade é necessário para atender à previsão de demanda de energia elétrica nos próximos dez anos, diz na CAE o diretor do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético

Para atender à previsão de demanda de energia elétrica nos próximos dez anos, é necessário que a capacidade instalada de produção no Brasil seja aumentada em 4,5 megawatts/hora (MW/h) por ano, por habitante. Foi o que disse o diretor do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Boris Garbati Gorenstin. Segundo ele, o Brasil utiliza apenas 25% de seu potencial hidrelétrico, mas contingências conjunturais levaram a um programa de incentivo à implantação de termelétricas.

As afirmações de Gorenstin foram feitas ontem na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que debateu a política de preços para a indústria do gás natural. Segundo ele, o aumento da base térmica de geração de energia é necessário para a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas.

Com uma maior disponibilidade de gás natural, produzido no país ou importado da Bolívia e da Argentina, o governo quer aumentar a participação dessa matriz energética na produção brasileira, passando dos 9,2% atuais para 25%, em 2009. A maior parte das usinas termelétricas hoje em operação é movida a óleo ou carvão. As movi-

das a gás são apenas 3% do total, bem aquém da Argentina (47%) e dos Estados Unidos (24%).

Outro fator favorável às termelétricas é a possibilidade de construção próxima dos centros consumidores, evitando investimentos maciços em transmissão e as perdas dela decorrentes. Para os próximos seis anos, a capacidade de produção tem de ser acrescida em 26 mil MW/h, ou seja, 40% da atual capacidade instalada. Segundo o representante do MME, as 23 hidrelétricas em construção no início do primeiro mandato do atual governo equivalem à geração de 15 mil MW/h. O caminho encontrado para a expansão foi um grande programa de termelétricas a gás, o Programa Prioritário de Termelétricidade.

Gorenstin ressaltou que o programa foi montado sem nenhum subsídio federal, com investimentos de US\$ 6 bilhões feito por 54 investidores privados. Serão construídas usinas em 18 estados, com um consumo previsto de 47 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

O diretor do MME chamou a atenção para a necessidade de se garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia até 2003, para quando está prevista a liberação do mercado de energia elétrica.



Comissão de Assuntos Econômicos fará novas audiências sobre a política de preços para a indústria do gás natural

## Remessa de lucros aumentará déficit, prevê Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que o investimento estrangeiro na construção de termelétricas e produção de energia agravará o déficit na balança de pagamentos, com o aumento das remessas de lucros para o exterior.

— Os setores de energia elétrica, financeiro e de saneamento e distribuição de água não são como as indústrias, que podem gerar exportações. Não vão gerar divisas, mas déficits constantes no balanço de pagamentos, pelas remessas de lucros — frisou.

Saturnino lembrou



Saturnino diz que o déficit levará à desvalorização

que o déficit está sendo financiado com a privatização de outras estatais, como o Banespa. Mas, quando não houver mais nada a vender, o equilíbrio da balança de pagamentos será obtido a partir de uma grande desvalorização da moeda nacional, dentro de dois a quatro anos, previu.

O senador pediu que o Programa Prioritário de Termelétricidade, que vai mudar substancialmente a matriz energética do país, seja acompanhado de um programa de nacionalização dos equipamentos de energia elétrica. Para ele, o

incentivo ao uso do gás deveria ter embutido uma política de produção interna de bens e equipamentos.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) manifestou preocupação quanto às novas descobertas de gás natural no país. O diretor da Gaspetro, Richard Olm, respondeu que os novos produtores poderão efetivamente disputar mercado. Em breve, com mais concorrentes, haverá mais oferta que demanda, e tendência natural de queda de preços, observou.

Para o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o debate demonstrou que o problema deve ser estudado a fundo. Ao final da reunião, a comissão aprovou novas audiências sobre o tema.

## Produtores de energia querem preço do gás sem indexação ao petróleo

O representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Sérgio Weigert Ennes, defendeu maior convergência entre os setores de geração elétrica e de produção de gás. Ele argumentou que, em cinco anos, metade do consumo de gás natural será destinado à geração de eletricidade. Por isso, afirmou, a política de preços dos dois setores precisa ser considerada em conjunto.

Ennes falou durante a audiência pública realizada ontem pela CAE, afirmando que é necessária a fixação de uma política nacional de preços para as centrais térmicas. Ele acrescentou que a política de preços do gás natural deve considerar que o competidor é a energia hidrelétrica e, por isso, o preço do combustível não deve ser indexado ao do petróleo.

O representante dos produtores independentes de energia sugeriu que as distribuidoras de gás possam fazer a composição de seus própri-

os preços. A sistemática atual de preços, estabelecida em portaria conjunta dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, deveria ficar restrita aos 30 milhões de metros cúbicos importados diariamente da Bolívia, defendeu.

### GASPETRO

Já o diretor da Gaspetro, Richard Olm, ressaltou a importância de se planejar o suprimento para atender à ampliação do mercado. Lembrou que, hoje, a participação do gás na produção da energia é de 3%, índice que deve chegar a 12% em 2010. Os 12 milhões de metros cúbicos de gás natural consumidos diariamente devem pular para 75 milhões.

As reservas brasileiras, calculadas hoje em 225 bilhões de metros cúbicos, são menores que as bolivianas, argentinas e venezuelanas. O diretor da Gaspetro chamou a atenção para o fato de que o custo do gás representa metade dos investimentos para pôr em funcionamento uma termelétrica.

## ANP espera crescimento expressivo do consumo

O diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Júlio Colombi Neto, disse que em 2010 o gás natural terá uma participação de cerca de 10% na matriz energética brasileira. Atualmente, segundo informou, o gás natural representa em torno de 3% do total do consumo de energia.

As afirmações foram feitas ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, durante audiência pública sobre a política de preços para a indústria do gás natural.

Apesar do iminente crescimento, o diretor da ANP afirmou ser necessário que as entidades liga-

das ao setor energético se mantenham cautelosas, porque o gás natural representa um desafio para o país. Trata-se de um setor novo na economia brasileira, lembrou.

O diretor da ANP reconheceu a existência de um aumento da oferta de gás natural no país, mas se mostrou preocupado com a perda do produto, que atinge, diariamente, milhões de metros cúbicos. Para ele, é fundamental que



Para Júlio Colombi Neto, o gás natural representa um desafio

as usinas térmicas passem a absorver esse potencial.

Júlio Colombi Neto fez uma explanação de como funciona a Agência Nacional do Petróleo e lembrou que a decisão final para o estabelecimento do preço do gás natural não compete a ela. Essa atribuição, disse, pertence aos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, apesar de a agência participar das discussões sobre o assunto.

## Aneel garante que há investimento em transmissão

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, disse que o governo vem melhorando e ampliando as linhas de transmissão de energia convencional, além de construir hidrelétricas. Nos últimos anos, informou, foram investidos R\$ 2 bilhões somente em distribuição de energia.

Com relação ao gás natural, Abdo acredita que essa fonte de energia será benéfica para o país e, apesar de nova, já passa a se inserir dentro da política do setor elétrico. Ele ava-

lia que o crescimento econômico exige novas fontes de energia, como gás natural, nuclear, eólica (vento), além de fontes renováveis.

Autor do requerimento da audiência pública, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu a flexibilização das tarifas de gás natural. A seu ver, um estado próximo à fonte produtora não pode pagar o mesmo preço cobrado de um estado longe de termelétrica.

Ricardo Santos acha que as distorções do preço do gás natural

vêm diminuindo a competição. Segundo ele, a política de unificação dos preços contribui para o desinteresse na produção. Mas Santos manifestou a certeza, com base nos depoimentos, de que a flexibilização virá em futuro próximo.

O senador também defendeu a cobrança separada dos custos da extração, transporte e distribuição do gás natural. Dessa forma, os centros produtores teriam maior competitividade, com reflexos positivos na política de preços do produto.

# Instalada comissão que fiscalizará a Abin

Composto por representantes da maioria e da minoria nas duas Casas do Congresso, órgão responsável pelo controle das atividades de inteligência do governo federal será presidido temporariamente pelo senador José Sarney

Em sessão conjunta das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE) do Senado e da Câmara dos Deputados, foi instalada ontem a Comissão Mista de Controle das Atividades de



As comissões de Relações Exteriores instalaram em sessão conjunta órgão de controle da Abin

Inteligência (CCAI). O órgão responsável pela fiscalização das atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) será presidido temporariamente pelo senador José Sarney (PMDB-AP), que também preside a CRE do Senado. O relator da mensagem presidencial que propõe a política nacional de inteligência será o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que preside a CRE da Câmara e tem prazo de 20 dias

para apresentação de parecer.

Formada ainda pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e pelo deputado Aécio Neves (PSDB-MG), representando a maioria nas duas Casas, e a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), representando a minoria, a comissão decidiu determinar prazo de cinco dias para a apresentação de emendas à mensagem presidencial e à pro-

posta de regimento interno, formulada por Heloísa Helena, que irá regular o funcionamento do órgão e estabelecer novos instrumentos de controle e fiscalização, tendo em vista o caráter sigiloso das informações com que irá lidar.

A comissão também decidiu unir-se em sessão conjunta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) e convidou o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, para explicar, no próximo dia 29, as denúncias de espionagem veiculadas pela revista *Veja*. José Sarney adiantou que o fato de ouvirem o general Cardoso nessa sessão conjunta não impede que ele seja novamente convocado após a definição do regimento interno da comissão.



Gerson Camata é o autor do requerimento para envio de condolências à família do general Darcy de Queiroz

## Senado aprova voto de pesar pela morte de militar capixaba

O Senado aprovou requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do general Darcy Pacheco de Queiroz, ocorrida no dia 13 passado, no estado do Espírito Santo. Segundo as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família.

O general Darcy ocupava cargo de direção no jornal *A Gazeta*, havia 36 anos. Antes tinha sido co-

mandante da Polícia Militar e ocupou o cargo do secretário do Interior e Justiça do estado do Espírito Santo.

Um de seus últimos trabalhos na Rede Gazeta foi a criação do suplemento infantil *A Gazetinha*, que passou a ser o de maior tiragem na imprensa brasileira e um dos mais lidos. O general Darcy de Queiroz deixou duas filhas, cinco netos e um bisneto.

## CAE aprecia hoje nova Lei de Informática

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), marcou para a manhã de hoje, a partir das 10h30, a votação do projeto da nova Lei de Informática. Ele informou à comissão, no início da reunião realizada ontem, que representantes do governo federal e do governo do Amazonas ainda buscavam um entendimento sobre o projeto, que estende a todo o país — contra a vontade da bancada amazonense — os benefícios fiscais para a produção de monitores de vídeo e telefones



Proposta de Roberto Freire recebeu vista coletiva

celulares.

Suassuna agendou ainda para amanhã a votação do projeto de resolução apresentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) que prevê a suspensão por 12 meses do pagamento do serviço da dívida com o governo federal pelos estados de Pernambuco e Alagoas, atingidos por fortes enchentes neste ano. O presidente da comissão concedeu vista coletiva por 48 horas.

A preocupação do governo federal com a possibilidade de abertura de um precedente pelos dois estados esteve no centro das discussões sobre o tema na reunião,

que contou com a presença do governador de Alagoas, Ronaldo Lessa. O relator da proposta, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), lembrou em seu parecer que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal permite a adoção de procedimentos especiais em casos de calamidade pública, como o ocorrido nos dois estados.

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), contestou a posição de Dutra e sugeriu que, em vez de se permitir a suspensão do pagamento da dívida, se prevejam recursos no Orçamento da União para a reconstrução de Alagoas e Pernambuco. “Se há necessidade de obras, que as bancadas consigam recursos”, disse Romero Jucá.

## Amir Lando propõe aumento de pena para homicídio

Os sucessivos homicídios praticados contra policiais no estado do Rio de Janeiro levaram o senador Amir Lando (PMDB-RO) a apresentar projeto de lei em que esse crime deixa de ser considerado homicídio simples, sujeito a pena de seis a 20 anos, para ser tratado como homicídio qualificado, o que implica pena de reclusão de 12 a 30 anos. O projeto está sendo exa-

minado pela CCJ, para decisão terminativa.

Lando reconhece que um simples diploma legal não tem, por si só, o poder de resolver a dramática situação por que passam os policiais e a população do Rio de Janeiro. No entanto, essa mudança na lei penal poderá dar aos tribunais o embasamento jurídico necessário à aplicação de penas mais rigorosas.

Na justificativa da proposta, o

senador ressalta que o assassinato de um policial, em serviço, foi um dos motivos que levaram a Suprema Corte dos Estados Unidos a adotar a aplicação da pena de morte. O assassinato de um agente da sociedade a quem cabe a defesa do cidadão, por sua gravidade, merece o máximo rigor da lei, conforme entendeu acertadamente a Suprema Corte americana, na opinião do senador.

## Patrocínio elogia cartilha da CNI sobre conciliação trabalhista

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou o lançamento, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), da cartilha *Comissões de Conciliação Prévia*. Segundo o parlamentar, a publicação explica a nova proposta de conciliação extrajudicial como condução da ação trabalhista, incluída na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Carlos Patrocínio informou que a cartilha detalha, de forma didática, o funcionamento da conciliação extrajudicial, tanto no âmbito das empresas como dos sindicatos, com suas peculiaridades e especificidades, e ainda estabelece um esclarecedor quadro comparativo.

Segundo Patrocínio, a cartilha esclarece também os eventuais pontos de conflitos de jurisdição e a forma como são apresentados. Inclui os modelos adequados de convenção coletiva e de acordo coletivo de trabalho, termo de demanda e de conciliação e declaração.

— Além disso, a cartilha explica o rito a ser observado durante a sessão de tentativa de conciliação e os aspectos relativos à prescrição. A aceitação da conciliação e a tentativa conciliatória frustradas são também devidamente esclare-



Carlos Patrocínio: cartilha esclarece também eventuais pontos de conflito de jurisdição

cidas. No último caso, será gerada a declaração de tentativa conciliatória frustrada, documento hábil para a posterior formulação de eventual reclamação trabalhista, acrescentou o senador.

O documento da CNI, disse Carlos Patrocínio, vai ajudar a desafogar a Justiça do Trabalho, que atualmente tem uma sobrecarga de dois milhões de processos. Ele disse ainda que, segundo a *Gazeta Mercantil*, desde o ano passado cerca de cinco mil casos de conciliação extrajudicial foram julgados no país, a maioria no Conselho Arbitral de São Paulo, envolvendo as áreas trabalhistas, comercial e de família.

# Senado homenageia vida e obra de Rachel de Queiroz

Na sessão de hoje, a Hora do Expediente será dedicada à escritora cearense, que completou 90 anos de idade na última sexta-feira

O Plenário do Senado destinará a Hora do Expediente de hoje a uma homenagem à escritora Rachel de Queiroz, que completou 90 anos no último dia 17. Um dos nomes mais importantes da moderna literatura brasileira, Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, em 1910, tendo vivido ainda muito menina o drama da seca, que inspiraria seu primeiro e mais famoso romance, *O Quinze*, lançado em 1930, com grande repercussão no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Pelo livro de estréia, cujo tema foi a terrível estiagem de 1915, a jovem escritora ganhou o prêmio da Fundação Graça Aranha, consagrando-se nacionalmente como escritora de romances de fundo social. Embora trabalhando vagarosamente em cada obra, Rachel obteve muitos outros êxitos depois de *O Quinze*. Entre



Rachel de Queiroz se consagrou com seu livro de estréia, *O Quinze*

eles, *Dora Doralina* (1975) e *Memorial de Maria Moura* (1992), este adaptado na forma de minissérie pela Rede Globo.

Além de romancista, Rachel notabilizou-se pelo trabalho como jornalista. Publica crônicas e artigos desde 1927, e não interrompeu sua contribuição nem quando se recuperava de um derrame cerebral ocorrido no ano passado. Também escreveu peças de teatro, e, mais recentemente, um livro de culinária — *Receitas do Não Me Deixes* —, registro gastronômico-literário dos pratos que prepara no sítio que tem em Quixadá, município do interior cearense.

A escritora tem dividido seu tempo entre o sítio e o apartamento no bairro carioca do Leblon, onde a incomoda o barulho dos ônibus. Com a saúde fragilizada, anda e fala com dificuldade. Rachel vive atualmente sob os

cuidados de Maria Luíza, de 73 anos, a irmã caçula que criou como uma filha. Ainda assim, tem energia para conversar sobre política. No hospital, recuperando-se do acidente vascular, falou pelo telefone com o senador José Sarney (PMDB-AP) e com o ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes.

Rachel hoje diz que prefere esquecer seu passado político, mas sua biografia nesse campo tem passagens importantes. Integrrou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando este ainda era ilegal, mas, por repudiar a “mesquinharia” de seus membros, afastou-se em 1932.

Tornando-se trotskista, foi presa, em 1937, durante a ditadura de Getúlio Vargas. Sua amizade com outro ditador, Castello Branco, rendeu-lhe censuras da esquerda. Em 1966, portanto ainda no regime militar, participou da 21ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, como delegada do Brasil, trabalhando especialmente na Comissão dos Direitos do Homem.



Proposta do senador Sérgio Machado prevê o financiamento público das campanhas eleitorais

## Projetos de reforma política são o principal tema da pauta da CCJ

Três projetos ligados à reforma política estarão em pauta hoje, a partir das 17 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Eles tratam de fidelidade partidária, financiamento público de campanhas eleitorais e restrição à divulgação de pesquisas eleitorais. Também será apreciado pela comissão voto de louvor, proposto pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), à indicação da primeira mulher — Ellen Gracie Northfleet — para o Supremo Tribunal Federal.

O projeto que pretende garantir a fidelidade partidária, apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), amplia para quatro anos o prazo de filiação dos candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outros partidos. Com isso, na prática, proíbe-se nova candidatura, no pleito seguinte, de parlamentares ou titulares de cargos no Poder Executivo que tenham mudado de partido após as eleições.

A comissão examinará parecer favorável do relator do projeto de financiamento público das campanhas eleitorais, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a sete emendas apresentadas à proposta. Entre elas, a que estabelece como válida para o cálculo das cotas do fundo partidário a filiação dos deputados eleitos no momento do pleito anterior.

Dessa forma, pretende-se evitar a troca de legendas que atualmente ocorre entre os deputados um ano antes das eleições, momento em que se registra a proporcionalidade a ser levada em conta na aplicação da lei. O relator rejeitou emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA) que permitia aos candidatos de pequenos partidos financiar sua própria campanha, em valores proporcionais aos demais candidatos.

O projeto de Sérgio Machado fixa em R\$ 7 por eleitor o valor a ser destinado ao fundo partidário nos anos em que se realizarem eleições. Prevê ainda que 1% dos recursos do fundo serão distribuídos igualmente a todos os partidos e 99% serão repassados aos partidos que têm representação na Câmara dos Deputados, de forma proporcional às suas bancadas. Ou seja, os partidos maiores obterão maiores dotações.

Na mesma reunião da comissão, será examinado projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que limita a publicação de pesquisas eleitorais. Segundo a proposta, as pesquisas só poderão ser divulgadas até oito dias antes do primeiro turno das eleições e até três dias antes do segundo turno, sob pena de detenção de seis meses a um ano e multa no valor de 50 mil a 100 mil Ufirs.

## Plenário vota normas de identificação criminal

A fim de regulamentar o dispositivo constitucional que protege a pessoa que já tem identidade civil de identificação criminal, o Senado Federal votará hoje projeto de lei estabelecendo que será identificado criminalmente o acusado envolvido na prática de homicídio doloso e de crimes de receptação qualificada, de falsificação de documento público, contra o patrimônio e contra a liberdade sexual. A idéia é imprimir maior segurança na identificação dos suspeitos de ilícitos penais graves, assegurando maior eficácia na investigação policial. Oriundo do Executivo, o projeto prevê também a identificação criminal do indiciado em caso de fundada suspeita de

falsificação ou adulteração do documento de identidade apresentado, ou ainda se constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes identificações. Também nesta quarta-feira, o Senado vota projeto que permite o pagamento em 60 dias de dívidas da Previdência Social até o limite de R\$ 5.180,25. A proposta regulamenta o artigo 100 da Constituição, que prevê o fim da expedição de precatórios para dívidas consideradas de pequeno valor. A possibilidade do pagamento em 60 dias, a partir do trânsito em julgado da ação, decorre da alteração do valor de isenção do pagamento de custas nos processos movidos contra a Previdência Social, hoje em pouco mais de R\$ 4 mil. Ainda hoje, será votado

projeto, oriundo da CPI do Sistema Financeiro, que cria o Sistema Central de Risco de Crédito do Banco Central. O objetivo é modernizar o sistema financeiro nacional e evitar os riscos resultantes de empréstimos a clientes sem capacidade comprovada de pagamento. A central será abastecida com informações sobre pessoas físicas e jurídicas que peçam empréstimos no mercado. Em razão do nonagésimo aniversário de nascimento da escritora Rachel de Queiroz, o Plenário dedicará a Hora do Expediente de hoje a uma homenagem à autora de *O Quinze* e *Memorial de Maria Moura*. A homenagem foi proposta pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), um dos oradores já inscritos para a sessão.

## Geraldo Quintão discute na CRE política de segurança

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, comparece à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional hoje, às 10h, para debater com os senadores questões relacionadas com a segurança do país. Ele foi convidado a partir de requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

A CRE é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).



A presença de Geraldo Quintão foi solicitada por três senadores



# CE fará audiência pública sobre TV comunitária

Comissão aprova requerimento de Edison Lobão para ouvir representantes de emissoras e do governo sobre a proposta de mudanças na legislação do setor. Também foram acolhidos projetos de renovação e outorga de concessões para rádios

O presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho, o diretor-geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, e o secretário nacional de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Paulo Roberto Menecucci, estão entre os convidados que discutirão, em audiência pública, o projeto que abre a possibilidade de instalação de emissoras comunitárias de televisão. Requerimento nesse sentido do senador Edison Lobão (PFL-MA) foi aprovado ontem pela Comissão de Educação.

## RÁDIOS

Na mesma reunião, a Comissão de Educação também aprovou quatro projetos de decreto legislativo tratando da concessão de funcionamento de emissoras de rádio. Foram beneficiadas a MR Radiodifusão, para explorar serviço de radiodifusão sonora em Vitória do Mearim (MA); a Flash FM Radiodifusão para Cosmópolis (SP); a Rádio Cidade de Campinas para Itu (SP), e a rádio Luzes da Ribalta, que obteve a renovação para explorar serviço de radiodifusão sonora em Santa Bárbara (SP).



Comissão de Educação decidiu ampliar o debate sobre o projeto que admite emissoras comunitárias de televisão

## Senadores debatem cortes em programa de treinamento

A Comissão de Educação realiza hoje audiência pública sobre o Programa Especial de Treinamento, que funciona em universidades e está ameaçado de extinção pela constante redução de recursos, segundo a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), autora do requerimento para o debate.

— Desde 1997, quando a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) impôs cortes, o programa vem sofrendo constante redução de recursos e desqualificação da proposta inicial, estando prevista sua extinção para o próximo mês de dezembro — afirmou a senadora no requerimento.

Emilia, que é professora universitária, protestou contra essa ameaça, destacando a importância do programa, atualmente aplicado em 59 instituições de ensino superior, em todas as regiões.

Durante a realização da assembleia geral da 52ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em

julho passado, reitores, representantes de entidades científicas, parlamentares, tutores e bolsistas também se manifestaram “veementemente contra o fim do programa” disse Emilia.

Conforme o requerimento aprovado pela Comissão de Educação, os depoentes da audiência pública serão os seguintes: professor Antonio Macdowell Figueiredo, Secretário Nacional de Educação Superior; deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;



Emilia diz que extinção do programa está prevista para dezembro

professor Dante Augusto Couto Barone, presidente da Comissão Executiva Nacional em defesa do Programa Especial de Treinamento; professora Vilma Figueiredo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; estudante Wadson Ribeiro, presidente da

União Nacional dos Estudantes; e o estudante Gabriel Perfeito Castro, membro da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento.

## CAS vota hoje proposta que institui o Fundo Nacional de Alimentação

A Comissão de Assuntos Sociais vota hoje, a partir das 9h, projeto que institui o Fundo Nacional de Alimentação (FNA), cujo objetivo é estimular a regionalização da produção de alimentos básicos e viabilizar a melhoria da alimentação de gestantes e crianças de até quatro anos de idade.

O projeto, de autoria dos deputados Hélio Bicudo e Rita Camata, instituiu, no texto original, o Programa Nacional de Apoio à Infância, para ampliar os benefícios da merenda escolar. Mas o relator da matéria na CAS, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), anunciou que vai apresentar substitutivo à proposta criando, em vez de um programa, o Fundo Nacional de Alimentação. Ele argumenta que essa foi a forma de adequar o projeto às normas constitucionais.

De acordo com o projeto, pequenos e médios produtores rurais receberão incentivos para que produzam alimentos. Toda a produção agrícola financiada com recursos do FNA será adquirida dos produtores e distribuída aos beneficiários do fundo. O acompanhamento e o controle social da aplicação dos re-



Althoff apresentará substitutivo para adequar projeto às normas constitucionais



Luiz Pontes propõe compensação para empregada gestante demitida sem justa causa

ursos serão exercidos por conselhos, constituídos por representantes de órgãos da administração das áreas pertinentes.

Na mesma reunião, a CAS vota projeto que assegura à empregada gestante demitida sem justa causa o pagamento de até cinco meses de salários e demais vantagens. O autor do projeto, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), argumenta que a iniciativa repara a omissão da lei em relação ao assunto.

A Comissão de Assuntos Sociais também examina projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) que concede o seguro-

desemprego aos trabalhadores extrativistas e beneficiadores do açaí e da castanha-do-pará.

A CAS aprecia ainda proposta que limita a concessão de incentivos fiscais, financeiros ou sociais às empresas que ampliarem a contratação de mão-de-obra. Consta da pauta também projeto do senador Tião Viana (PT-AC), que amplia a assistência pré-natal às gestantes, e o do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários o atendimento de pacientes que paguem pela assistência prestada ou daqueles que tenham planos de saúde.

## CAE avalia dívida ativa da União com presidentes dos tribunais federais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 17 horas, uma audiência pública destinada a discutir a dívida ativa da União. Estarão presentes os presidentes dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs): Fernando da Costa Tourinho Neto, 1ª Região; Alberto Nogueira, 2ª Região; José Kallás, 3ª Região; Fábio Bittencourt da Rosa, 4ª Região; e José Maria Lucena, 5ª Região.

Os presidentes dos TRFs falarão sobre a deficiência estrutural que impede a Justiça brasileira de analisar todos os casos em tempo hábil, o que leva até à prescrição das dívidas ativas já



Suassuna: cobrança da dívida ativa poderia ajudar a bancar o aumento do salário mínimo

em fase de execução judicial. Somando-se os débitos das pessoas físicas e jurídicas, a dívida

ativa da União deve chegar a R\$ 310 bilhões. Para o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), essa poderia ser uma das soluções para bancar o aumento do salário mínimo.

Os juízes deverão informar aos senadores da CAE a quantidade de processos existente hoje nos Tribunais Regionais Federais. Poderão também quantificar o valor real da dívida em execução na Justiça. Após a discussão com os magistrados, os parlamentares da comissão deverão debater o tema com os ministros do Planejamento, Martus Tavares, e da Fazenda, Pedro Malan, em reunião a ser ainda marcada.

# Cabral critica tese da “soberania relativa” da Amazônia

“A Amazônia é nossa”, diz senador, que atribui a interesses internacionais a insistência em caracterizar a região como intocável, “como se os brasileiros estivessem condenados a contemplar suas riquezas sem jamais se beneficiarem delas”



Cabral teme que a chamada Operação Colômbia leve à ocupação de terras do norte do estado do Amazonas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) denunciou, mais uma vez, a “cobiça internacional” em relação à Amazônia, à qual ele atribui a tentativa de “sedimentar o conceito de ‘soberania relativa’ do Brasil sobre a região”.

— A Amazônia é nossa, não é possível aceitar a tese da intocabilidade da região, como se os brasileiros estivessem condenados a contemplar suas riquezas sem jamais se beneficiarem delas — afirmou.

Cabral fez questão de afirmar que iniciativas como a Zona Franca de Manaus têm o mérito

de fixar a população na região, dando-lhe condições de sobrevivência, mas sobretudo de preservar a floresta, como aconteceu no estado do Amazonas, onde 98% das matas puderam ser preservadas, muito em decorrência da fixação dessas indústrias na capital.

Para Cabral, é inadmissível considerar “catastrófica” a construção de uma simples estrada ou o aproveitamento energético de uma queda-d’água na Amazônia. Contudo, há vozes internacionais e organizações não-governamentais no Brasil que olham esses empreendimentos, que trazem progres-

so e bem-estar para a população, como destinados a destruir a floresta, argumentou.

O senador alertou, ainda, para os perigos que cercam a Operação Colômbia, nome dado à ajuda norte-americana ao combate aos narcotraficantes naquele país. “Eles serão empurrados para as terras do norte do estado do Amazonas, região quase despovoada. Não quero que se diga que o Senado foi omissivo, que os senadores ficaram insensíveis ao problema, pois estamos defendendo mais dinheiro para o projeto Calha Norte, justamente para

ocupar essa região”, disse.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua insatisfação diante do “tratamento secundário” que o governo federal dá às regiões Norte e Nordeste, como se fossem sempre trazer problemas, e nunca soluções, para o Brasil.

Também em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou algumas organizações não-governamentais que atuam na Amazônia, em ação contrária aos reais interesses nacionais. E alertou: “O mesmo está acontecendo no Pantanal Mato-Grossense”.

## Júlio Eduardo entende que a região requer novo modelo de crescimento

Ao comentar matéria de capa da revista *Veja*, sobre pesquisas que registram aumento das queimadas na Amazônia e estimam o impacto ambiental das obras previstas no programa do governo federal

Avança, Brasil, o senador Júlio Eduardo (PV-AC) disse que muitos não dão atenção a essas pesquisas, na ilusão de que o antídoto à cobiça internacional sobre a região estaria num desenvolvimento de tipo tradicional. Na sua opinião, a Amazônia não comporta o modelo de crescimento que pautou os países do Hemisfério Norte e dos estados do Centro-Sul do Brasil, baseado no uso de combustíveis fósseis e na conversão de áreas de floresta em áreas para pastagem ou agricultura.

— É por isso que a experiência do Acre e do Amapá e de algumas prefeituras precisa se transformar em



Júlio Eduardo está preocupado com o aumento das queimadas

políticas públicas de amplitude regional. É isso que estamos conseguindo a duras penas com os programas de apoio ao extrativismo e às iniciativas de empresas que passam a adotar os planos de manejo para extração de madeira e outros produtos — defendeu.

Conforme o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Amazônia já perdeu 14% de sua cobertura original e, a cada ano, perde em torno de 20 mil km². Segundo previsão de desmatamento feita pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), com o Avança, Brasil haverá um incremento de até um quarto dos 20 mil quilômetros quadrados devastados todos os anos. O programa prevê a construção de 8 mil km de estradas, dez portos, dois gasodutos, três hidrelétricas, duas hidrovias, milhares de quilômetros de

linhas de transmissão de energia e mais de 1.400 km da Ferrovia Norte-Sul, além da ampliação ou construção de quatro aeroportos.

Se ao longo da Belém-Brasília foram derrubados 55% da vegetação numa faixa de 50 km de cada lado da estrada, na Cuiabá-Santarém, aberta nos anos 70 e cuja pavimentação está prevista no Avança, Brasil, “o desmatamento pode espalhar-se por até 200 km lateralmente ao asfalto”, comparou o senador.

As projeções citadas por Júlio Eduardo foram contestadas em aparte por Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), para quem elas não têm base científica. Na sua opinião, deve estar em curso algum projeto ambiental para a região, daí a matéria da revista. A seu ver, o papel dos representantes da Amazônia é mostrar a realidade: não estaria havendo desmatamentos nem incêndios. “A população precisa trabalhar a floresta para sobreviver, pois o país tem desigualdades demais”, disse.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Agenda Econômica* — Raul Veloso, economista, fala sobre as contas públicas  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Júlio Eduardo fala sobre extrativismo e desmatamento  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Educação Ambiental — Energia  
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)  
Logo após — Comissão de Relações Exteriores (gravado)  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Comissão de Educação (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Em seguida — Comissão de Assuntos Econômicos  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

##### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
Antena Parabólica — Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica — Sistema Analógico:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência: 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

##### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

##### Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

## Sebastião Rocha quer comissão mista para traçar uma estratégia de defesa

Em apelo aos líderes partidários, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitou apoio a requerimento de sua autoria pela formação de comissão mista temporária para verificar *in loco* a situação nas fronteiras brasileiras da Amazônia, promover contato direto com as autoridades militares locais e contribuir com subsídios para que “o Brasil desencadeie uma estratégia de defesa consistente da

Amazônia brasileira”.

O mesmo pedido foi feito pelo senador ano passado, quando, disse, a possibilidade de invasão das fronteiras era uma hipótese. Agora, com a Operação Colômbia, essa possibilidade passou, a seu ver, a ser concreta, e o Congresso deve “ajudar de fato a impedir uma invasão militar da região”.

Rocha contestou a opinião de Júlio Eduardo (PV-AC) de que o gover-

no do Amapá seria um exemplo, como o Acre, de como é possível desenvolver projetos econômicos adequados ao objetivo de preservar a floresta amazônica.



Rocha: Congresso deve “impedir uma invasão militar da região”

# Maguito vê descaso do governo em relação às rodovias

Senador responsabiliza União por mortes em acidentes ocorridos nas estradas federais do sudoeste de Goiás, em consequência do seu precário estado de conservação. Com a chuva, afirmou, “as BRs 060, 364 e 158 ficam intransitáveis”

## Ramez Tebet comemora os 57 anos de independência da República do Líbano

Em homenagem aos 57 anos da independência da República do Líbano, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou sua confiança de que, exatamente por ter aprendido as virtudes da resistência, da persistência e da esperança numa história atribulada, o povo libanês saberá reconstruir o país e transformar-se na terra do diálogo e dos encontros.

Essa confiança, segundo Tebet, advém da própria história libanesa, a seu ver, “a mesma que caracteriza a da espécie humana”. Ocupada inicialmente pelos fenícios, na região onde hoje se localiza o país está um dos únicos núcleos do mundo — Byblos — que foi habitado ininterruptamente desde 6

mil a.C.. Essa é a razão pela qual, observa o senador, o Líbano pode ser considerado uma das pátrias fundadoras da humanidade, juntamente com a Grécia e o Império Romano.

O Líbano moderno começou a ser estruturado no século XVII, quando estabeleceu sua unidade territorial e constituiu o poder central correspondente, que viria ainda a sofrer o domínio do Império Otomano e do Egito. A real independência do país só ocorreu ao



Tebet: Líbano reconhece os direitos tanto de cristãos como de muçulmanos

final da Segunda Guerra Mundial, quando livrou-se da tutela francesa a que estava submetido desde a Primeira Guerra.

Hoje, acrescentou o senador, o Líbano tem uma história marcada pelos conflitos entre as nações árabes e o Estado de Israel e

abriga duas grandes comunidades — cristã e muçulmana — que procuram conviver democraticamente. Ambas têm seus direitos reconhecidos pelos poderes públicos e pela Constituição do país.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) responsabilizou o governo federal pelas mortes provocadas por acidentes em estradas federais que atravessam o sudoeste de Goiás. Segundo ele, basta chegar o período das chuvas para os acidentes se repetirem, trazendo grandes prejuízos aos produtores da região.

“As BRs 060, 364 e 158 ficam intransitáveis”, afirmou.

O senador disse sentir-se envergonhado por não saber explicar aos habitantes daquela região por que o governo federal não tapa buracos e impede a morte das pessoas. “Fico envergonhado com a irres-



Maguito Vilela: “Como podemos defender um governo como esse?”

ponsabilidade do governo em relação. Somente neste final de semana, foram 12 acidentes, com três vítimas fatais”, disse.

Maguito levou o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para visitar as cidades e verificar o estado das rodovias. Segundo ele, o ministro mandou iniciar o trabalho de recapeamento, mas os recursos acabaram. “Devemos reclamar para quem? Como podemos defender um governo como esse? Enquanto não for resolvido o problema, virei à tribuna dizer que meus conterrâneos estão morrendo por irresponsabilidade do governo federal”, concluiu.

## Nabor pede a ministro da Justiça investigação no AC

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) solicitou ontem ao ministro da Justiça, José Gregori, para que ele determine ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal a designação imediata de um delegado especial para investigar “as queixas do governador e seus aliados” de que estariam sendo vítimas de ameaças, inclusive de morte. A investigação poderá pôr fim ao que o senador denominou de “deletérias especulações”.

Segundo disse, “falsas denúncias” e “clima forjado de violência” foram o quadro pintado pelo governador do Acre, Jorge Vianna, ao presidente da República, que esteve em Rio Branco em escala técnica de seu avião, quando retornava de reunião no Panamá. Por isso, continuou, Fernando Henrique Cardoso prometeu urgente intervenção policial e judicial.

Nabor acrescentou que suas opiniões sobre as denúncias estão firme e ponderadamente explicitadas em editorial de ontem do jornal *A Gazeta*, que ele leu na íntegra da tribuna. O editorial, intitulado “Que venha o delegado especial”, afirma, logo de início, que informações obtidas pelo jornal “junto a alguns órgãos de segurança — sérios e independentes — garantem que não há provas consistentes de ameaças, muito menos de um plano ‘diabólico’, para atentar contra a vida do governador do estado”.



Nabor: não há provas de plano de assassinato do governador do Acre

## Viana aponta tentativa de desmoralizar denúncia

Em resposta a pronunciamento do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), para o qual as ameaças de morte ao governador Jorge Viana seriam especulações, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que os adversários do governo estadual “utilizam o método fascista de desmoralizar para, depois, eliminar. Foi assim, disse, com Chico Mendes e Edmundo Pinto, ex-governador. Ameaçados, pediram segurança federal, foram desmoralizados e, finalmente, mortos.

O pedido de garantia de segurança ao governador, segundo Tião Viana, foi feito por ele e pelo senador Júlio Eduardo (PV-AC) ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

— Temos fita cassete gravada onde presos afirmam que iriam matar o governador — disse.

Caso não conseguissem, acrescentou, matariam o pai e a filha dele. A fita está disponível, “mas o senador Nabor não vai ouvi-la” e prefere, a seu ver, desmoralizar a figura do governador.

O jornal que publicou o editorial elogiado por Nabor foi, segundo Tião Viana, “comprado com dinheiro da corrupção” e Nabor estaria fazendo questão de ser “influenciado pelos criminosos que praticam ação de desmoralização do governo”.

Para o senador, o Plenário do Senado não é o foro adequado para semelhantes confrontos estaduais. Ele observou, no entanto, que se não é possível o debate de idéias, “vale a defesa da honra”.



Viana: fita cassete comprovaria plano de matar político



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA -FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2000

**1** Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2000 (nº 3.156/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Pareceres da CCI e CAS, relator: senador José Roberto Arruda, sob nºs: 1.076/2000, favorável ao projeto e parcialmente às emendas nºs 2, 3, 4, 9, 10, 13, 14, 19 e 21, na forma de subemenda que apresenta, e contrário às emendas nºs 1, 5 a 8, 11, 12, 15 a 18, 20, 22 e 23, apresentadas nos termos do art. 122, II, “b”, do Regimento Interno; e 1.077/2000, favorável, nos termos do parecer da CCI, com voto contrário da senadora Emilia Fernandes. Rejeitado o Requerimento nº 463/2000, de tramitação conjunta. Aprovado o projeto e a subemenda da CCI em parte, ficam prejudicadas as emendas nºs 2, 3, 4, 9, 10, 13, 14, 19 e 21. À Câmara dos Deputados.

**2** Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2000 (nº 3.199/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Acrescenta inciso ao § 5º do art. 178 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil), e parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil (ação da seguradora para reaver o valor da indenização). Parecer nº 1.088/2000-CCI, relator: senador Edison Lobão, favorável, com a Emenda nº 1-CCI, que apresenta. Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCI. À Câmara dos Deputados.

**3** Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2000 (3.272/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Cria cargos na Carreira Policial Federal. Parecer nº 1.089/2000-CCI, relator: senador Romeu Tuma, favorável ao projeto e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2-CCI e a de nº 1-CCI, de redação. Aprovado. À sanção.

**4** Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2000 (nº 3.275/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Parecer nº 1.090/2000-CCI, relator: senador Romeu Tuma, favorável. Aprovado o projeto e as emendas nºs 1 e 2-CCI. À Câmara dos Deputados.

**5** Mensagem nº 205, de 2000 (nº 1.425/2000, na origem). Presidente da República. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relator: senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 205, de 2000 (nº 1.425/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, ministro de primeira classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas. Aprovado. Votaram: Sim: 61 Não: 4 Abs.: 3 Total: 68. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**6** Mensagem nº 230, de 2000 (nº 1.603/2000, na origem). Presidente da República. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relator: senador José Jorge, sobre a Mensagem nº 230, de 2000 (nº 1.603/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Otto Agripino Maia, ministro de primeira classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Estado do Vaticano. Aprovado. Votaram: Sim: 64 Não: 3 Abs.: 2 Total: 69. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**7** Parecer nº 1.065, de 2000. MSF nº 212/2000 (nº 1.481/2000, na origem). Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Sobre a Mensagem nº 212, de 2000 (nº 1.481/2000, na origem), de 20 de outubro do corrente ano, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a proposta de recondução do senhor José Mário Miranda Abdo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Parecer nº 1.065/2000-CI, relator: senador Paulo Souto (incluído na Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 562, de 2000 — art. 281 do RISF). Aprovado. Votaram: Sim: 57 Não: 7 Abs.: 4 Total: 68

**8** Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2000 (nº 270/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária, estado do Paraná. Parecer nº 440/2000-CE, relator: senador Alvaro Dias, favorável, com abstenção da senadora Heloísa Helena. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

## Lúcio Alcântara aponta falhas do ensino médico no Brasil

A partir de dados de avaliações realizadas pela Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (Cinaem), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) analisou a existência do que considera “sérias deficiências” no ensino médico do Brasil. Segundo ele, essas deficiências são reco-



Alcântara vê falta de controle na autorização dada a novas escolas

nhecidas pelos especialistas e conferem ao problema um caráter inquietante, “uma vez que se trata de diagnóstico antigo de uma situação que tende ao agravamento”. Ele informou que 85 escolas diplomam, todos os anos, cerca de 8.200 médicos no país.

O senador explicou que, enquanto o Cinaem, em nove anos de existência, realizou três estudos de avaliação, a Comissão Interministerial dos Ministérios da Educação e da Saúde ainda não apresentou o relatório que deveria ter concluído em 30 de outubro de 1997.

— Os resultados do Cinaem reafirmam a opinião dos especialistas e demonstram a realidade que salta aos olhos: estamos lançando na vida profissional um contingente de médicos mal preparados — afirmou Alcântara.

Segundo o senador, a partir de

1965, houve inversão no padrão das escolas médicas no Brasil, quando as escolas privadas passaram a prevalecer sobre as públicas. Para Alcântara, isso não seria um problema se os estudos não demonstrassem o desempenho medíocre das escolas em relação a aspectos de estrutura político-administrativa e econômica, de infra-estrutura, de recursos humanos e de modelo pedagógico.

O senador disse que, de um modo geral, os professores auxiliares e assistentes são pouco preparados para o ensino, para a pesquisa e para as atividades administrativas em que se inserem. Ele citou o professor Irany Moraes, da Faculdade de Medicina da USP, para quem mesmo médicos não estão, na grande maioria das vezes, academicamente capacitados a ensinar.

Além disso, Alcântara ainda apontou a limitada produção científica e a autorização de funcionamento de novas escolas médicas sem a imposição de condições e sem controle como a causa da situação em que se encontra o ensino médico brasileiro, de acordo com os resultados da avaliação do Cinaem.

## Suassuna cobra atenção para setor de transportes

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que os setores de transporte rodoviário de carga e de passageiros merecem um tratamento melhor do governo. Na avaliação do senador, os empresários não podem ser responsabilizados pela escolha feita por governos anteriores, que elegeram o transporte rodoviário como a matriz para o país.

— Esses setores não podem ser tratados como praga, porque hoje se reconhece que a opção pelo transporte ferroviário para cargas, e pelo transporte de massa para passageiros, teria representado soluções melhores para o país do que a opção rodoviária feita por governos anteriores — reclamou.

Suassuna afirmou que apresen-

tará, posteriormente, as reivindicações específicas feitas durante os congressos nacionais de transportadores de carga e de passageiros. “O setor paga 12% dos impostos que o governo arrecada, obedece a uma legislação trabalhista que os pune e não há qualquer financiamento público para renovação da frota”, afirmou.

Além disso, sustenta, no caso do transporte de cargas, os governos federal e estaduais cobram o que não devem, mantêm as estradas em pandarecos ou arbitram pedágios altíssimos. “Há mais uma agravante, o roubo de cargas que vem tomando proporções inacreditáveis. São quadrilhas que somem com cargas, caminhões e motoristas”, completou.

## Suplicy quer financiamento público com consulta a eleitor

Ele sugere que o eleitorado seja ouvido sobre o partido ao qual deseja destinar o dinheiro do fundo público de campanha

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propõe que os eleitores indiquem o partido ao qual desejam destinar os recursos do fundo público de campanha previsto em projeto que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo projeto, de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), as verbas devem ser distribuídas de acordo com o número de deputados federais de cada partido.

Em discurso ontem em Plenário, Suplicy informou que está apresen-



Eduardo Suplicy ouviu do presidente do TSE que a consulta é “exequível”

tando a proposta por dois meios diferentes: emenda ao projeto em exame na CCJ e novo projeto de lei. A idéia é manter o assunto em discussão, caso a CCJ não aprove a emenda de sua autoria.

Segundo o senador, o eleitor manifestaria sua vontade em consulta realizada pela Justiça Eleitoral no primeiro trimestre de cada ano eleitoral. A consulta teria como fundamento o rateio das verbas para campanhas previstas no projeto de Machado, R\$ 7 por eleitor.

Suplicy informou que os custos operacionais da consulta poderiam ser facilmente absorvidos pela Justiça Eleitoral. Ele disse ter conversado com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Neri da Silveira, e que este qualificou a realização da consulta de “exequível”.

Segundo projeto de lei apresentado por Suplicy, os diretórios nacionais dos partidos com representação na Câmara reservariam 20% do dinheiro para sua administração direta. Os 80% restantes seriam distribuídos para os diretórios estaduais proporcionalmente ao número de votos que o partido recebesse em cada estado.

## Senador protesta por assassinato de sem-terra

O senador Eduardo Suplicy protestou contra o assassinato do trabalhador rural sem-terra Sebastião Maia, ocorrido na manhã de ontem, próximo à fazenda Água de Prata, em Querência do Norte, no noroeste do Paraná. Desocupada na quinta-feira pela PM, a fazenda havia sido reocupada hoje.

Conforme relato lido pelo senador, o crime ocorreu numa emboscada, quando os trabalhadores

passavam por uma estrada. Pistoleiros da região teriam sido os responsáveis pelo ataque, no qual o lavrador foi morto com vários tiros na cabeça. Segundo o relato, em 7 de maio de 1999, Sebastião Maia e sua família foram despejados da Fazenda Rio Novo, localizada no mesmo município. Na ocasião, sua mulher, Adelina Ventura, foi torturada pela Polícia Militar e denunciou os maus-tratos direta-

mente ao então secretário nacional de Direitos Humanos, hoje ministro da Justiça, José Gregori.

Segundo Suplicy, Adelina relatou a Gregori detalhes da ação policial. “Nós tava (*sic*) dormindo, quando eles chegaram gritando muito alto: polícia, polícia. Quem é a mulher do Tiãozinho, aqui?” O depoimento, na avaliação do senador, é um indício de que o trabalhador era um homem marcado pela polícia.

## Alencar pede CPI para apurar denúncia contra sua empresa

Citado em reportagem publicada na edição desta semana da revista *Veja*, o senador José Alencar (PMDB-MG), dono da Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas), qualificou de “ignomínia” as informações da revista e pediu apoio a requerimento em que pede a instalação de CPI para apurar a veracidade das denúncias. A Coteminas é acusada de ter sido favorecida em lançamento de ações, compradas pela Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, a preço superior ao de mercado, como contrapartida por doação a campanha do presidente Fernando Henrique.

— As informações não são verdadeiras. Preciso de uma CPI para que se apure a verdade — disse ele.

A operação citada pela revista te-

ria injetado R\$ 23,6 milhões na empresa do senador. Entre 1994 e 1997 a Coteminas teria valorizado 3.500% e as ações teriam sido colocadas no mercado em dezembro de 1998, dois meses após a campanha que reelegeu Fernando Henrique.

Em carta já enviada ao vice-presidente editorial da Editora Abril, Thomaz Souto Correia, José Alencar disse que lamenta não ter sido procurado pelo jornalista que escreveu a matéria, afirma que os fatos são outros e que a matéria provoca danos à sua empresa.

— O lançamento de ações da Coteminas no mercado nada teve a ver com a campanha presidencial. Ele não foi feito em 17 de dezembro de 1998, como diz a reportagem, mas em dezembro de 1997 — afirmou, mostrando matéria do jornal



José Alencar contestou *Veja* e lamentou não ter sido procurado pela revista

*Gazeta Mercantil* do período.

Os valores divulgados também não correspondem à verdade, continuou. Segundo ele, é inverídica a informação publicada de que as ações valiam R\$ 0,16 e foram subscritas a R\$ 0,41. “Na verdade, a cotação de cada ação da Coteminas no mercado, em dezembro de 1997, estava em R\$ 0,39 e a subscrição foi em valor inferior, de R\$ 0,37”, disse. Outra inverdade, ressaltou Alencar, refere-se à valorização da empresa. “As ações da empresa não se valorizaram em 3.500% de 1994 a 1997. Valorizaram-se em 58%, conforme os boletins da bolsa”, esclareceu.